

A proposta militante e a militância acadêmica: Caio Prado Júnior e Fernando Antônio Novaisⁱ

Maria Renata da Cruz Duranⁱⁱ

O presente texto pretende, pela análise comparativa entre as obras de Fernando Antonio Novais e Caio Prado Júnior, compreender as possíveis permanências entre suas propostas quanto à interpretação do Brasil, nas continuidades e rupturas que tempo e modo lhes conferem como possibilidades de atuação.

Caio Prado Júnior nasceu em São Paulo, 11 de fevereiro de 1907. Filho de um casamento entre Penteados e Prados, parte da aristocracia paulistana. Coursou Direito entre 1924 e 1928 e publicou, em 1933, seu primeiro livro *Evolução Política do Brasil*. Atuante no Partido Comunista, responsável por duas editoras, a Urupês e a Brasiliense.

Na América Latina; é compreendido, junto à Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre como definidor da geração de 30, a contribuir com inovação na tradição historiográfica brasileira, assumindo as então recentes tendências, sobretudo, à preocupação *com as dimensões formativas nas diversas esferas de nossa existência como povo* (NOVAIS: 1998), numa recorrência às questões identitárias.

Conforme nos atenta Bernardo Ricupero (2000), Caio Prado Júnior promove uma continuidade de seu pensamento, não apenas na questão identitária, como no entendimento de um movimento que lhe seja próprio e dimensionado, não fraccionado, assim dialético, fundamentado na Formação do que quer que se entenda, ou seja, o Brasil. Formação esta, apreendida pelo processo em que se observa a aparência para a obtenção da essência e, desta, o caminho inverso em essência à realidade; uma realidade que, se não luckácsiana, ao menos essencialmente hegeliana em seu marxismo, quando compreende que tal realidade constitui não apenas a essência em sua aparência, contribuindo para o desvendar da “verdade”, mas somada à uma proposta projetiva.

Neste sentido, Caio Prado Júnior não se basta à História, em sua especificidade, mas abarca a intelectualidade, em sua interdisciplinaridade, na medida em que não se contenta em sua constatação, segue, interage procurando, ao analisar-lhe, medida já concebida pela historiografia crítica, propor-lhe e atuar à mudança e, nesta mudança, então inferindo-nos sua especificidade marxista, duas pressuposições; a primeira em

um recorte que lhe é anterior, o de que a consciência seria o primeiro passo à transformações, disposto na revelação que a compreensão da realidade assegura e, a par das ideologias que promoveriam tal acepção, a proposição de que sua mudança não só é possível, como plausível à partir do momento em que se apreende o processo histórico no qual se desenrolam, presente em *A ideologia alemã*; e, uma segunda, na qual, a crítica que enseja a transformação, está fundada nas raízes do que seja esta proposta de mudança, a revolução, melhor explicitada pelo texto de *A revolução Brasileira*, calcado no diálogo estabelecido por Marx entre o movimento da ação e a ação do movimentoⁱⁱⁱ, a ser conferido, sobretudo no próprio *Manifesto Comunista* ou, conforme indica Fernando Novais (1983), em *Contribuição à crítica da economia política*.

Assim, entendido nas possibilidades latino-americanas, Caio Prado Júnior, à altura dos anos 30, nos levanta, à moda de Ricupero (2000), a questão: Existe um pensamento latino americano no qual se inscreve e ao qual subscreve?

Para o leitor Bernardo Ricupero, Caio Prado Júnior, em sua *nacionalização do marxismo no Brasil*, se inscreve na medida em que caminha rumo ao prisma da transformação inerente, em sua forma específica; e subscreve, ao passo que não redonda nesta transformação como inerência irremediável, suas singularidades, da qual partem as características tanto do movimento da ação, quanto pautam a ação do movimento, dimensões idiossincráticas, posta a relação em sua obra textual que, promovida pela interdisciplinaridade, combina –explicitamente- análise à proposição, e em sua militância, proposição e análise¹.

Consoante, na subscrição proposta pela atuação de Caio Prado Jr, tanto Ricupero, quanto o próprio Novais (1983), o incluem. Entretanto, à luz do que nos atenta Fernando Novais, será possível pensar sobre continuidade entre um intelectual pretensamente atuante e outro reconhecidamente acadêmico?

Fernando Novais nasceu em 1933, na cidade de Guararema, interior de São Paulo; a mãe, mestiça; o pai, professor primário e diretor de grupo escolar. Em 1949

¹ “Caio Prado Júnior desde muito jovem tornou-se militante comunista e pensador marxista. Sua produção intelectual configura a práxis-teórica em sentido pleno, pois fundada diretamente na atividade política. É aí que radicam, evidentemente, as opções mais fundas, - que por serem a um tempo intelectuais e existenciais assumem a força das convicções extremas marcando a coerência que atravessa toda a obra. Mais ainda, a recorrência e insistência em certos temas, problemas, explicações, posições: nesse retornar quase obsessivo a certos pontos parece expressar-se a reafirmação daquelas opções ou rupturas. Percurso de vida e andamento do discurso relacionam-se, assim, iluminando-se mutuamente.”(NOVAIS: 1983, p.67).

decide-se pelo colegial “clássico”, no ensejo de tornar-se professor como o pai; envolto pela dúvida entre a Literatura e a História, segue os passos da então professora Maria Simões, formada por uma das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, adepta de uma metodologia que, aos olhos de nossa referência, tem algo de muito instigante e o conduzem à sua opção pela História.

O trabalho que lhe confere prestígio como pesquisador é sua tese de doutoramento, defendida em 1973 e publicada em 1979, atualmente contando com seis edições esgotadas. Nesta, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, o autor desenvolve idéias cruciais na leitura de seu pensamento, como a referência à relação entre *estrutura* e *dinâmica* próprios à uma realidade nacional e constituintes desta realidade em sua singularidade.

Tese esta, que servirá de base para publicação posterior no Caderno Cebrap de número 17, e na Editora Brasiliense em 1979, o inserto *Estrutura e dinâmica do Antigo sistema colonial (séculos XVI – XVIII)*, que, conforme o próprio autor nos explicita em sua apresentação, constituem o segundo capítulo daquela, para este, o “núcleo duro” de seu argumento².

Em 1986, transfere-se para o Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE- Unicamp), onde assume as aulas de História Econômica, exercendo-as até a presente data. O trabalho de corpo mais recente é a coordenação dos quatro volumes e direção da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, publicada entre 1997 e 1998, pela Companhia das Letras, São Paulo/ SP. No qual conta com a colaboração de Laura de Melo e Souza, Luiz Felipe de Alencastro, Nicolau Sevcenko e Lilia Moritz Schwarcz, como coordenadores de cada um dos volumes, respectivamente

Em 1957, é convidado à participação do grupo de estudos sobre Marx, e sugere seu recorte inicial ao trabalho que compõe a obra *O Capital*. Neste grupo, pertencerá como o único historiador entre a liderança do filósofo José Arthur Giannotti e a presença de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Jr., Paul Singer, Octávio Ianni e o ainda graduando, Roberto Schwartz. O grupo permanece em exercício até 1964 com o intuito de promover uma acepção na compreensão da obra que não se encerre na leitura “partidária” do marxismo, mas que possa subsidiar uma

² “O trabalho que ora se publica forma, com leves alterações, o segundo capítulo de nossa tese de doutoramento, defendida em março do corrente ano na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e que se encontra em curso pela publicação editora Difusão Européia do Livro”(NOVAIS: 1973, p.3).

discussão interdisciplinar e aprofundada, em singularidade latino-americana, de seus significados.

A respeito de Fernando Novais não constam atas de partidos, participação constante em manifestações ou movimentos seja da propalada esquerda seja ou direita. De forma que, para que se estabeleça um parâmetro de diálogo entre ambos, é necessário que se reflita sobre o conjunto de suas obras no entendimento singular à cada um do que lhes pareça o movimento da ação, para, então, compreender-lhes, a ação, de/em movimento.

Neste ensejo, nos propomos à uma abstração dada a três dimensões^{iv} de um único passo: nos fatores que explicam o processo histórico, em seu saber e fazer-se e feito o conhecimento, sua disposição ao conhecer (textura histórica); por meio de breve observação das obras *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *A revolução Brasileira* (1966) e *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* (1968) em referência ao que já nos foi pensado e apresentado de Fernando Novais, em seu texto e contexto.

A obra *Formação do Brasil Contemporâneo* conta com três subdivisões, não propriamente capítulos, conforme atenta Fernando Novais (1983), por constituírem um íterim em suas dimensões e não um pensamento linear, dado a passos, assim, a inversão de suas partes não alteraria sua proposta reflexiva delimitada com o texto, elaborado à guiza de apresentação do problema do qual parte o recorte objetivo e trato metodológico do trabalho, qual o *sentido* da colonização, em sua finalidade, casualidade e mediação entre tais, ou seja, como a colonização brasileira deu-se e de que maneira influencia/reflete, ao fim a ao cabo, na contemporaneidade, seja para sua compreensão seja para sua manutenção e, ainda, transformação.

Colonização na contemporaneidade não entendida como desenvolvimento linear e mantenedor destas ou daquelas tradições, mas como continuidade em permanências no que tange ao “povo”, à sua economia e à sua sociabilidade.

Numa palavra, o seu sentido que, especificamente em nosso caso, mostra-se não apenas como uma decorrência do processo histórico português, em última instância ibérico, mas como fruto de uma condição singular desta colônia, resultado, como noutras, de sua especificidade, em relação à sua metrópole; assim como dos desdobramentos desta relação face à conjuntura que se processa internamente e que se dá externamente, em coalizão seja de interesses seja de desinteresses.

Neste ensejo, o sentido da colonização de Caio Prado Júnior é uma pergunta, “O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta e, princípios do século passado, e que passo agora a analisar” (PRADO JR: 2000, p.21).

Respondida sob os auspícios de uma dinâmica que pensa o estudo das gentes, sobre as terras em suas relações, o avanço indicado por Fernando Novais é o de que tal colonização não se processa por um tempo outro no tempo disposto à Europa, mas também pela singularidade local, ou seja, na especificidade. Novais encontra uma saída para o jogo de trocas^v que se processa na América portuguesa, partindo não da perspectiva de dentro para fora, em completude até então não notada, mas de fora para dentro, não partindo da formação do povo da colônia para o alcance do que seja o Brasil, e sim furtando-nos ao reconhecimento da brasilidade como predisposição, Novais vem do mar português como nota-se em sua epígrafe, e Caio Prado do fato de que *Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”*.

Com *A revolução brasileira*, teremos uma metodologia muito peculiar aos pretensos estudos marxistas, já explicitada na análise do trabalho de Novais, a dimensão cônica no trato dos assuntos e em sua criticização, muito nos parecerá, inicialmente, uma redundância que, posteriormente é vista sob a legitimação anterior à proposição então colocada somente ao final da obra, neste ensejo, não disporemos no presente, do debate sobre a latência do texto elaborada cerca de 11 anos após sua primeira publicação (Perspectivas em 1977).

O que temos, ao observar seu índice é a colocação do problema em sua racionalidade e razão, esta por duas frentes, aspectos econômicos e aspectos sociais e políticos; dada a compreensão do problema, sua projeção, seja como realidade (projeção) seja como verdade (processo irremediável) e processamento, dadas as possíveis resistências internas e externas, para finalmente, um adendo, ao qual cabe-nos a observação de que procura configurar o porquê de tal necessidade – que se faça e revolução – e porquê justamente naquele momento, assim compreendendo-a não apenas como um processo natural, mas como resultado deste ou daquele movimento.

Procura, ao prover o leitor do movimento pelo qual articula-se a aparência, incita-lo à uma contrapartida, na qual a ação, deste ou daquele, neste movimento, corresponderia à uma congruência deflagradora da transformação. Consoante,

“O termo *revolução* encerra uma ambigüidade (aliás na verdade muitas, mas fiquemos aqui na principal) que tem dado margem a freqüentes confusões. No sentido em que é ordinariamente usado, ‘revolução’ quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada do governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. ‘Revolução’ tem aí o sentido que mais apropriadamente caiba ao termo insurreição. Mas ‘revolução’ tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. O que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através de que se realiza.”(PRADO JR: 1977, p.11)

O recorte do qual se vale para tal percepção é o da mudança provocada pelo regime militar e o de uma esperada tomada de posição por parte daqueles que vêm-se lesados pelo mesmo, na legitimação de tempo tão próximo –história do presente imediato-, Caio Prado defende-se ainda como historiador,

“Pouco importa assim, ao se encetar a análise e a indagação das transformações constituintes da revolução brasileira, saber se elas merecem esta ou aquela designação, e se encerram nesta ou naquela fórmula ou esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações, e isto se procurará nos fatos ocorrentes e na dinâmica mesma destes mesmos fatos. É disso que precisam preliminarmente compenetrar-se os teóricos e planejadores da revolução brasileira. A saber, que também no terreno dos fatos humanos, tanto quanto no dos fatos físicos, onde já de há muito não se pensa de outra forma, o conhecimento científico consiste em saber *o que se passa*, e não *o que é*. A concepção metafísica das “essências”-o que as coisas *são*- precisa dar lugar nas ciências humanas, de uma vez por todas, como já deu tanto nas ciências físicas, à concepção científica do que *acontece*. Concepção essa em que o próprio *ser* não é senão o *acontecer*, um momento desse *acontecer*. E é o que acontece que constitui o conhecimento científico; e não o *que é*. Precisamos saber que acontecerá, ou pode e deve acontecer no curso da revolução brasileira. E não indagar de sua natureza, daquilo que ela é, da sua qualificação, definição ou catalogação”. (PRADOJR: 1977, P.15)

Então propondo, posta a caracterização de seu estudo não como mera constatação, além, como um diálogo com a realidade que indica já em *Formação do Brasil Contemporâneo* e em *Evolução do Brasil Contemporâneo*, mas à partir da presente obra se destaca tanto no recorte objetivo quanto no exercício de comparação histórico temporal; uma mudança que, calcada na concepção de que em sendo a totalidade mediada pela permanência e, no seu conjunto à singularidade, a completude, Caio Prado observa a inerência dimensional entre passado, presente e futuro, nesta completude, assim dispondo-se à sua proposição que, no presente texto, aponta os deslizos da chamada esquerda em seu trato com o entendimento da revolução e, portanto, indicativos de ação. Aos quais sugere, entre outras, a possibilidade da educação como saída.

Aceitando a idéia de que numa continuidade, formar-se-ia a transformação, se revolução passiva? Talvez não nos caberia apontar, mas destacamos serem soluções de caminhos muito parecidos, no encontro de uma realidade dual, termos aos quais recorrem, conforme observamos, muitos de seus contemporâneos.

Em *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* (1968), Caio Prado Jr. parte da então vigente discussão sobre as teorias do desenvolvimento, concluindo sua autenticidade, mas não completude, à medida que um pensamento brasileiro só poderá ser construído a partir de sua especificidade.

O desenvolvimento estará calcado no trajeto do capital no Brasil, desde sua “acumulação primitiva” até o presente desequilíbrio, incluindo, portanto, as legitimações pelas quais a sociedade “tradicional” institucionalizou o seu poder, nas formas que levaram e poderiam tirar-lhe o mesmo. Logo, teremos uma perspectiva marxista, tomada de Rostow, a sua compreensão, na qual

“Para empregar a linguagem de Rostow, o que caracteriza o desenvolvimento e o promove, é a ‘acumulação de juros compostos’, o que não é, afinal, em termos financeiros e comerciais, outra coisa que a inversão dos proventos do capital ou lucro capitalista. E é isto, ou antes, a ausência de acumulação capitalista, e assim de inversões crescentes proporcionadas e estimuladas pelo progresso tecnológico, que caracterizaria, mais do que qualquer outra coisa, a “sociedade tradicional”. O desprendimento dela – que Rostow denomina, numa expressão que se consagraria, de “arranco”- e a institucionalização, por assim dizer, do crescimento econômico e desenvolvimento, se verificam precisamente quando o lucro capitalista passa a ser sistematicamente acumulado e reinvestido na produção, abrindo caminho para isso para o progresso tecnológico e conseqüentemente para o aumento da produtividade, com que se lastreia o desenvolvimento.” (PRADO JR: 1999, p.28)

Destarte sua proposta é a de analisar um processo histórico que se forja no passado para abrir perspectivas no futuro. No sentido de Caio Prado Jr, o desenvolvimento é caracterizado/ institucionalizado por sua fase posterior (comparação), entretanto, uma análise dos fatores que levaram à determinado recorte geográfico poderiam projetar ao seu futuro às possíveis perspectivas de mudança.

O autor se propõe o *estabelecimento das premissas históricas da problemática do desenvolvimento brasileiro*, acreditando ser “...aí que podemos alcançar a natureza própria da nossa coletividade nacional, bem como os problemas que aquela formação histórica e a situação contemporânea em que ela desembocou propuseram em face das contingências do mundo em que hoje vivemos” (PRADO JR: 1999, p.33)^{vi}.

Nos três textos dispostos, o que observamos é uma face da formação inicial de Caio Prado Júnior, o curso de Direito na Universidade de São Paulo, então remetendo-o à uma linguagem que nos são identificadas como ensaios. Ora, cabe ponderar que, embora desde seus primeiros passos Caio Prado Júnior já nos dá subsídios para a apreensão de que sua trajetória intelectual seria pautada pelo cunho histórico afeito às disposições nas áreas de economia, geografia, demografia e, com certo risco incluímos ciência política, sua formação inicial é feita no curso de Direito e este conta com a possibilidade do exercício empírico de suas digressões.

A opção inicial, nos corrompe, portanto, ao viés de que Caio Prado concebe *a priori* o ofício intelectual como prática teórica, além, como exercício de inserção, meio de intervenção na sociedade, fruto da percepção humanística afeita à filosofia jurídica. Seu envolvimento partidário, como no movimento de resistência ao golpe de 64, e atuação no sentido da transformação social, nos denota este ofício em suas duas mãos, observada à luz da percepção inicial, o *juízo* do acontecer e o *advogar* sobre o fato em sua transformação³.

Juiz no sentido proposto por Marc Bloch em seu *Apologia da História: ou o ofício do historiador* (2001), ao reconhecer na aparência a essencialidade e, nas essencialidades as permanências para a compreensão das rupturas nas continuidades e, postas, sua totalidade a somar-se às singularidades para que se tenha um esboço da completude, então exercendo dado juízo de valor à tal discernimento.

Advogado por, ao constatar as essencialidades, em seu suposto movimento marxista, retratar-lhes novamente à realidade, não naquilo que se mostra, mas no que se pretende, e nesta pretensão, a projeção das potencialidades, continuidade disposta em Novais, a compreensão da textura histórica em suas dimensões do vir a ser, do ser e do querer ser, não lineares ou passíveis de subdivisões, mas idiossincráticos, como potencialidades e fatos, por nós observados como contexto em texto, conjuntura e articulação, história e acontecimento/objeto.

O que permite que a integridade de sua teoria e de sua prática se dê exclusivamente sob a égide de sua completude, em duas posturas intelectuais que

³ Para Caio Prado Júnior, "A historiografia não constitui um simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica. E como tal, destina-se a integrar o conhecimento que o homem necessita ter do meio físico, do meio social e de si próprio, a fim de se conduzir em sua ação e de se comportar convenientemente (...) De um modo geral, a historiografia constitui dado essencial para a elaboração do conhecimento relativo ao homem, na acepção exata e precisa que o conhecimento deve ter. A saber: sistematização de experiências vistas à orientação e condução da ação humana" (PRADO JR: 1999, p.15 - 17).

partem de um mesmo parâmetro de discussão, o *sentido* da contemporaneidade brasileira, procurado por caminhos que lhes são dispares quanto à postura, assim, se continuidade na metodologia e no objetivo, não na justificativa, nem tampouco na introdução^{vii}.

Apenas distinguíveis na objetivação do entendimento de seu mediador, que acomete somente à Novais (2002) quando pensa a extensão interdisciplinar que é legada à crítica histórica,

“A história não pode ser apreendida pela razão e, portanto, o materialismo histórico é uma coisa que não faz nenhum sentido. O máximo que você pode ter é Sociologia, Economia e etc.; não pode prever a História, mas pode compreender cientificamente certos setores e prever certas coisas.”(NOVAIS: 2002, p. 132)

Observando nesta a possibilidade de projeção, que Caio Prado Jr. vê já na história, posta a integridade de sua movimentação e a ação da mesma ser lhe intrínseca, ao que Novais se contrapõe colocando a projeção como tarefa da relação da história com as outras formas de conhecimento.

Novais percebe o limite entre a História e sua tendência econômica ou política como diapasão entre a constatação narrativa e o exercício crítico, mas, neste ponto uma bifurcação, Caio Prado Júnior forma-se na Universidade à inerência desta sociedade e Fernando Novais à compreensão desta sociedade à partir da Universidade e aqui está o ponto nevrálgico de sua distinção.

Novais conceberá a sociedade com os olhos da Universidade e a terá como questão de que partem suas inquietações^{viii}, já em seu doutoramento, diferente de Caio, que a coloca objetivamente apenas em sua livre docência, a relação entre/das duas: Universidade e Sociedade.

Destarte, de 1930 o que se observa é um historiador por convicção e, em 1970, por especialização. Que problemas terão cada um deles no exercício de seu ofício e, portanto, que proposta farão à guisa de suas soluções?

Na coleção de textos “Intelectuais e política: a moralidade do compromisso”, as autoras, Walquíria Leão e Elide Rugai, iniciam seu texto citando Platão, no qual observam o dilema principal da atividade intelectual representando duas contrafacções: distância crítica e envolvimento com a sociedade em que vivem, com a qual teremos diferentes desdobramentos:

“Afirma-se a persistência da tensão existente entre o lugar de observação das coisas e a justa medida a se manter entre o distanciamento dos

fenômenos que o intelectual analisa e seu envolvimento com os mesmos. Em outros termos, trata-se de uma relação constitutivamente tensa da atividade intelectual pois pode gerar duas atitudes nocivas à sua atuação: a apologia e a indiferença (...) A apologia é sempre paralizadora da crítica; o discurso apologético na medida em que o compromisso de fundo não é necessariamente com a verdade, tem como resultado um ocultamento da realidade. Nesse sentido não permite o cumprimento de uma das funções vitais da atividade intelectual: o desvendamento da aparência dos fenômenos. (...) A indiferença constitui outra forma de cegueira pois o afastamento do intelectual do sofrimento dos homens, sua negação de comprometer-se com a busca da gênese deste, configura barreira quase intransponível para a compreensão do mundo”(BASTOS: 1999, p.8).

Assim, a proposta é a de que o intelectual, ao estar inerentemente envolvido com as questões da sociedade, por ser parte constitutiva desta, lhe deve manter uma relação de distanciamento, para que observe com clareza os objetos a serem pesquisados, da mesma forma que a criticidade lhe é exigida, na proporção do exercício de uma razão vigilante e desconfiada.

À medida que o intelectual passa à modernidade, sua atividade se concretiza, pela individualização imposta pelo tempo, sua atividade se autonomiza e toma ares de “paixão pessoal”. Entretanto, após um determinado momento de crise (que as autoras não explicitam, mas que parece ser a década de 1970/80), a função do intelectual que, levado pelas suas paixões exercita a crítica, deixa de sê-lo^{ix}.

Neste sentido, qual é o papel e a nova função da Universidade, pressuposto espaço de liberdade de pensamento, posta a fragmentação do saber como desarticulador da razão como poder unificador (Habermas), haja vista a desapropriação sofrida pelo espaço universitário, e conseqüentemente do exercício de crítica intelectual, apontado pelas autoras como submetido ao fetiche do êxito?

Compreender a postura de Caio Prado Júnior significa analisar sua época, as potencialidades de sua atuação, face à sua atuação em si; como continuidades, observamos a textualidade, para uma possível ruptura entre indiferença ou apologia e/ou permanências de uma nova atitude, vejamos a textura de que se destaca nossa referência, o historiador Fernando Antonio Novais, em sua condição própria a delinear de que maneira pode-se pensar sobre a legitimação do discurso histórico como ação social do intelectual, mediante a singularidade brasileira.

A proposta inversa cabe-nos ao passo que Caio Prado Júnior, ao pensar a história, projeta-lhe objetivamente iniciativas a serem dadas em seu presente; enquanto, a Novais, reserva-se uma distância maior entre o passado que estuda no

presente e a referência à que sua reflexão se dispõe, tem os olhos na longa duração e não na revolução, e um compromisso firmado junto à academia e à seriedade da pesquisa, assim dispondo-se proposituras subjetivas, que os ensaios de Caio Prado Júnior não se reservam e, portanto, afirmam-se pela retidão com que são expostos e dispostos em sua atuação.

A proposta de Novais é a da transformação por meio da superação, reagir, mas não refutar, ao que se apresenta sua aproximação hegeliana de Marx, em que a idéia de uma História que se faça comparativamente é constituída, ao passo que sua construção perpassa sua interpretação, na compreensão da evolução que absorve e avança.

Neste ponto é que a característica acadêmica da inovação de Fernando Novais trai a postura tradicional, inclusive no tema para o qual volta sua atenção, a especialização na área de história econômica, que à Caio transparece como a naturalidade processual de sua análise (da revolução), em Novais determina-lhe a postura à partir da percepção de que, dada a longa duração entre suas rupturas e continuidades, a idéia de uma *permanência* persiste; afinal, na própria mudança que se efetiva pela continuidade da atitude de uma época em relação à si mesma, os elementos pelos quais o poder se processa variam em cultura, sociabilidade, economia, enfim; afinando o pensamento de Novais ao marxismo, mas não especificamente ao materialismo histórico, ao compreender a revolução como processo de requerimento imediato^x.

Neste ensejo, se Caio Prado contempla, na especificidade brasileira uma singularidade à projeção de suas mudanças; Novais, à medida que concebe a História como constatação, dado seu exercício de reconstituição e a interdisciplinaridade à que esta se dispõe por propositura, em seu caso junto à economia, a via pela qual a projeção se constitui, verá na mesma especificidade, não apenas um desdobramento peculiar, mas a peculiaridade deste desdobramento como indício de uma singularidade tanto em si quanto em sua percepção.

Em outras palavras os trabalhos de Caio Prado Júnior, com a propriedade de seu tempo, nos conferem duas instâncias de reflexão, a analítica e a projetiva; comprováveis pelo caráter de seus estudos e pelo exercício de intervenção social à que se remetem; já os trabalhos de Novais discriminam-nos uma dubiedade projetiva igualmente, mas dada por uma proposta histórica, tal qual Caio, e historiográfica e,

neste ponto a diferença, sua intervenção dar-se-á, não no âmbito público, e sim no privado, posta sua carreira e exercício acadêmico, em docência, comunicações orais, escritas, cursos extra curriculares, entre outros; a intervenção, embora hajam duas propostas, em Caio é quanto à sociedade como um todo e sobretudo politicamente – institucional-, em Novais, é resguardada à facção acadêmica da sociedade, à sua compreensão histórica como forma de atuação política e também institucional, na medida em que seu objeto se institucionaliza, mas privada, ao passo que fração daquela, e pública, por mídia e não fim que, ao cabo é a sociedade como um todo.

À esta mudança de parâmetro, conferimos não uma postura individual, mas a interpolação contextual a que se remetem os autores em debate, nos quais constatamos a institucionalização e a profissionalização da academia, portanto a normatização do exercício intelectual, indicando-nos um outro eixo no qual se move seu interesse, da relação com o outro para a relação consigo mesmo, a intimização (SENNETT: 1999) promove uma tal articulação em que da “reificação” do trabalho, percebemos a “tecnicização” desta *reificação*, na qual a alienação, e o confronto promovido em relação à esta, deixa de consistir na percepção das diferenças que entre realidade, projeções e perspectivas, passa a compreender-se pelas formas de representação que em seu significante nos demonstra seu significado, assim profissionalizando o âmbito já institucionalizado da Universidade, à que se recua a atuação intelectual, por meio da normatização de suas atividades.

Assim, do parâmetro de discussão que move Caio Prado Júnior, a burocratização como agente modernizador de um suposto tradicionalismo/patrimonialismo; parte Fernando Novais que o supera (mantém e avança) não apenas projetando tal percepção à uma compreensão ampliada, não se restringindo ao Brasil, mas à constituição de sua *brasilidade* anterior a si mesma, e além entendendo nesta discussão a delimitação e os indicativos de uma propedêutica singular, uma historiografia que não tem apenas um objeto, mas que é também específica; que debate e se inspira em padrões que lhe são externos, entretanto, que deve fomentar um diálogo que lhe seja tão intrínseco quanto o prisma do qual parte.

Proposta esta que será efetivada apenas em 1998, já sob indícios de um descontentamento, tanto consigo mesmo quanto com a academia (1994), em duas incursões, especialmente, a direção da Coleção História da Vida Privada no Brasil e o

suposto manifesto elaborado com João Manuel Cardoso de Mello, entre outros, “A que ponto chegamos”.

Portanto, se militante, na propositura de novas saídas e/ou perspectivas, ambos o foram. Caio Prado Júnior no ensejo de uma reflexão da singularidade, assim dispendo-nos sua pressuposição historiográfica, a projeção da saída marxista, numa intervenção social que lida mais diretamente com a opinião pública; e Fernando Novais que, ao fim e ao cabo, parte da singularidade tomada de Caio, e a propõe ao próprio discurso quando vale-se desta.

A militância de Fernando Novais consiste em um debate subscrito à racionalidade da intimidade e ao exercício da tecnicização, para tanto, precisa ser compreendido na análise da totalidade de sua obra em relação à sua carreira acadêmica.

O que Fernando Novais propõe em seu doutorado, cumprirá ao longo de sua docência e em seu lampejo quanto à opinião pública, na Coleção de 1998, a resistência desta atuação não se supõe contra a institucionalização, entendida como autonomização, mas contra a profissionalização, que distará a totalidade que compreende as percepções do que seja seriedade e integridade, legando sentido próprio e dissociável à aparência, abarcando na totalidade o entendimento do que seja completude. Aceitando a condição e subvertendo a exacerbação.

Consoante, se a burocratização promove a modernização do patrimonialismo, a academicização promoverá a restrição da legitimidade do conhecimento à ciência, não inculcando-lhe o pressuposto da seriedade, mas da comprobabilidade que, reservada à verdade, dispõe-se à mesma na medida em que esta é perspectiva, assim conferindo ao significante grau de significado e, portanto, totalidade.

A prática da razão, racionalidade, converte-se em razão, mudando o sentido do que seja ideologia para o que seja representação (o superando diante da trama disposta), aqui, o afunilamento que se processa de Caio Prado Júnior à Fernando Novais, se projeta na opção de militância subliminar em seus textos, para o primeiro, a projeção à realidade, para o segundo a projeção à exposição da realidade e, neste, duas observações à partir da proposição de singularidade ao discurso historiográfico, em decorrência da *singularidade* à seu entendimento apreendida de Caio; uma primeira, na relação interdisciplinar com a economia, a história reconstitui e aponta análises, a proposição à partir destas, é econômica; uma segunda, disposta à apreensão da racionalidade historiográfica em seus apontamentos acima referidos, se totalidade ao

invés de completude, a compreensão das partes do todo em relação ao todo, suposta completude do todo, aceitando a compreensão atual da história e observando-lhe passos que caminham para a fragmentação a encontrar-se numa bifurcação em que se vê, propondo a relação à totalidade.

Conquanto, são campos de atuação diferentes, um no discurso e outro para o discurso; um com a opinião pública e outro para a opinião pública. Naquele, o modo; neste, a dubiedade entre o modo e o tempo.

Não passíveis, portanto, da crítica que transita entre indiferença e apologia, mas em zona limítrofe diante destas, Caio Prado Júnior pela apologia de suas esperanças e Fernando Antonio Novais pela indiferença de suas expectativas. Entre as críticas de eurocentrismo e atraso, a teoria latino-americana e, em específico, brasileira, forma-se numa crescente busca pela legitimação de seu discurso, a análise deste discurso como suposta autonomia e proposta de atuação constituem pressupostos de uma suposta ação social do intelectual particularmente brasileiro, discussão à qual disporemos no tópico a seguir.

Referências Bibliográficas:

- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil no Antigo sistema colonial. São Paulo: Hucitec, 1973.
- _____. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, 1990. 050 n4 v8.
- _____. Entrevista com Fernando Novais – Assis/05/11/99. Assis: Revista da Pós graduação em História Unesp/Assis, 1999. 981.005 v8.
- _____. Fernando Novais: Braudel e a missão Francesa. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, 1994. 050 n4 v8.
- _____. Condições de privacidade na colonial. In: História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 1 (14-39pp.).
- _____. Caio Prado Jr, historiador. São Paulo: Revista Novos Estudos Cebrap, 1983. Julho, no. 2.
- _____. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI – XVII). São Paulo: Cadernos Cebrap, 1973. vol. 17.
- MELLO, João Manuel Cardoso. NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: História da vida privada no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.(559 - 659 pp.)
- BASTOS, Elide Rugai. RÉGO, Walquíria D. Leão. Intelectuais e política: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- BLOCH, Marc. Apologia da História: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.
- CHAUVEAU, ^a TÉTARD, PH. (org.). Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999.
- FONTANA, Josef. História: Análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998. trad. Luiz Roncari. revis. Fernando Novais.
- Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança na estrutura social de esfera pública. In: Mudança estrutural na esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. (169 – 213pp.).
- _____. Mudança de função política da esfera pública. In: Mudança estrutural na esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. (213 - 274pp.)
- _____. Técnica e ciência enquanto ideologia. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/ Publifolha, 2000.

_____. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1.999.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

SENNET, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2000.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Revista de estudos avançados, vol.5, no.11, 1991 – abr/jan. São Paulo: Edusp.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. In: Revista de Estudos Históricos. São Paulo: Faculdade Getúlio Vargas, ano 1996, volume 17, apes. 3-6, 7-27pp.

FERNANDES, Florestan. Ciências sociais na ótica do intelectual militante. São Paulo; Revista de Estudos avançados/ Edusp, Vol.22, no. 8, ano 94, Dossiê USP. (123 – 138pp.) São Paulo.

SANTOS, Milton. O intelectual independente e a universidade. In: São Paulo: Revista Usp, 1998. no. 39 (54 – 57pp.)

ⁱ O presente trabalho faz parte das pesquisas destinadas ao Trabalho de conclusão de curso “Fernando Novais, um acadêmico intelectual: a reflexão historiográfica como proposta de atuação”.

ⁱⁱ Graduanda do 4º. ano em História na Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca; orientanda do Prof. Albério Neves Filho. Bolsista Pet/ Sesu.

ⁱⁱⁱ Compreendido entre o que seja uma lógica própria à história dos homens e no estabelecimento – predisposto ou intrínseco– desta lógica, como meio de dominação, no qual, a sua ruptura, deflagraria novo processo histórico, mediado justamente por uma ação no/do movimento que é próprio à esta, na medida em que a consciência da realidade, em Marx, é algo tanto alcançável, quanto à todos possível.

ⁱⁱⁱ Tal qual nos dispões Nilo Odália em O saber e a História: Georges Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo (1994).

^v “Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno”(NOVAIS: 1984, p.71)

^{vi} “A problemática do crescimento econômico e desenvolvimento que é a matéria central da tese, se situa precisamente na superação e solução de tais contradições. Somente o conhecimento delas em profundidade – o que implica necessariamente o conhecimento do processo histórico em que foram geradas – somente isso, portanto, permitirá a proposição adequada daquela problemática e a solução” (PRADO JR: 1999, p.40).

^{vii} Caio Prado Júnior e Fernando Antônio Novais, percorrem um trajeto textual e procuram por uma resposta muito similares, mas um sai da História e outro do Direito, um vai ao partido comunista e outro mantém um diálogo à distância com o movimento democrático brasileiro, um procura um debate com a transformação e outro fala com a academia. Entretanto, aponta-se Novais como continuísta da obra de Caio, seria tal debate passível de tal redução?

^{viii} Haja vista o fato de propor seu trabalho pelo quarto capítulo em que discute a postura do conhecimento (universidade) segundo a prpositura de uma ação que lhe é propriamente revolucionária, em Raynal.

^{ix} “Deslocou-se o eixo de sua função, que antes era a crítica social, para um lócus não mais definido por regras intelectuais. Queremos dizer que não é mais o valor intrínseco da obra de um homem de cultura o que pesa na importância atribuída à sua figura pública. A lógica que preside sua visibilidade é a do mercado. Este é, por princípio atomizador, levando à cisão do público e, por consequência, fragmentando a opinião pública. Mais do que isso, obscurece o entendimento do que é interesse público. Assim, a questão do intelectual em sua dimensão tradicional – educador, persuador, guardião de valores universais, compromissado com a justiça social, crítico do poder – foi reduzida e é dificilmente problematizada” (BASTOS: 1999, P.14).

^x Não estamos dizendo que Caio Prado Júnior seja um ortodoxo, nem que Fernando Novais não seja marxista (!), mas que Caio Prado Júnior observa na história a mediação à compreensão da realidade, e que Fernando Novais, na realidade a mediação à compreensão da História. A finalidade, como interesse que pauta a percepção e o discurso que o legitimará, funciona como elemento de diferenciação, como queiram, ruptura, entre a possível continuidade que Novais efetiva quanto à Caio Prado Jr.